PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

SIMULADO DE QUESTÕES OBJETIVAS

**QUESTÃO 01**

Atendo-se à disciplina da Defensoria Pública no Sistema Constitucional de Justiça, assinale a afirmativa **incorreta.**

A) A Defensoria Pública é instrumento do regime democrático.

B) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado.

C) A Defensoria Pública é expressão do regime democrático.

D) A Defensoria Pública é instituição permanente, conforme explícita previsão constitucional.

E) À Defensoria Pública não incumbe a defesa de direitos coletivos no âmbito extrajudicial.

**QUESTÃO 02**

Sobre o posicionamento da Organização dos Estados Americanos (OEA) quanto às Defensorias Públicas, assinale a alternativa correta.

A) A OEA editou sucessivas resoluções das quais é possível extrair enfática recomendação de que os Estados membros criem e fortaleçam Defensorias Públicas autônomas, como forma de garantir efetivo acesso à Justiça, sobretudo das pessoas em condição de vulnerabilidade.

B) A OEA editou sucessivas resoluções das quais é possível extrair enfática recomendação de que os Estados membros criem e fortaleçam Defensorias Públicas, autônomas ou não, conforme a realidade local, visando assegurar efetivo acesso à Justiça.

C) A OEA já editou resolução da qual é possível extrair enfática recomendação de que os Estados membros prestem assistência jurídica preferencialmente por meio de convênios com a advocacia privada, sem prejuízo da criação de Defensorias Públicas em caráter complementar.

D) A OEA já editou sucessivas resoluções que, desalinhadas entre si, não apresentam posicionamento coerente e consistente acerca das Defensorias Públicas, de modo que inexiste uma recomendação clara aos Estados membros quanto ao tema.

E) A OEA não editou resolução específica sobre Defensorias Públicas, razão pela qual seria temerário afirmar a existência de uma recomendação clara aos Estados membros quanto ao tema.

**QUESTÃO 03**

À luz do conteúdo do relatório geral redigido por Mauro Cappelletti e Bryant Garth no final da década de 1970, no estudo intitulado “Acesso à Justiça”, assinale a alternativa **incorreta**.

A) O relatório aborda, inicialmente, a evolução do conceito teórico de acesso à Justiça, enquanto “o mais básico dos direitos humanos”.

B) O relatório, dentre outros aspectos, aborda o significado de um direito ao acesso efetivo à Justiça, enfrentando a questão dos múltiplos obstáculos a serem transpostos.

C) O relatório aborda, dentre outros aspectos, as soluções práticas para os problemas de acesso à Justiça, contudo, deixa de comparar os diferentes modelos quanto às vantagens e desvantagens que apresentam.

D) O relatório aborda, dentre outros aspectos, a questão dos múltiplos obstáculos a serem transpostos para garantia do acesso à Justiça.

E) O relatório aborda, dentre outros aspectos, as tendências no uso do enfoque do acesso à Justiça, bem como, ao final, alerta sobre determinadas limitações e riscos trazidos pelas reformas judiciais e processuais.

**QUESTÃO 04**

São objetivos da Defensoria Pública previstos expressamente na Lei Orgânica Nacional (Lei Complementar nº 80/94), **exceto**:

A) a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;

B) a afirmação do Estado Democrático de Direito;

C) a prevalência e efetividade dos direitos humanos;

D) o acesso universal à assistência jurídica gratuita;

E) a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

**QUESTÃO 05**

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, assinale a alternativa correta.

A) A Defensoria Pública do Estado da Bahia terá a seguinte estrutura organizacional: I - Órgãos de Administração Superior; II - Órgãos de Execução; III - Coordenadorias Regionais; IV - Órgãos Auxiliares e V - Ouvidoria.

B) Os membros natos do Conselho Superior são: o Defensor Público-Geral; o Corregedor Geral e o Subdefensor Público-Geral.

C) A Coordenadoria das Defensorias Públicas Especializadas, a Coordenadoria das Defensorias Públicas Regionais e as Defensorias Públicas Especializadas não se incluem dentre os Órgãos de Execução.

D) A Escola Superior da Defensoria Pública é órgão da Administração Superior.

E) Os Centros de Atendimento Multidisciplinar se incluem dentre os Órgãos Auxiliares da Defensoria Pública, assim como a Corregedoria Geral.

**QUESTÃO 06**

É garantia dos Defensores Públicos expressamente prevista na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

A) Independência funcional, incondicionada ao exercício de suas atribuições;

B) Inamovibilidade, salvo a aplicação da remoção compulsória;

C) Estabilidade, após 02 (dois) anos de exercício na função;

D) Vitaliciedade, após 02 (dois) anos de exercício na função;

E) Irredutibilidade de vencimentos, a partir do segundo nível da carreira.

**QUESTÃO 07**

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia, julgue as afirmações a seguir (como verdadeiras – “V” – ou falsas – “F”) e assinale a sequencia correta.

I – O Defensor Público dar-se-á por suspeito quando houver atuado em defesa da parte contrária ou houver motivo de foro íntimo que o impeça de atuar, dentre outras hipóteses.

II – É defeso ao Defensor Público exercer as suas funções (hipótese de impedimento) em processo ou procedimento em que for interessado seu cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral, até o 3º (terceiro) grau.

III – É vedado aos Defensores Públicos exercer advocacia fora das atribuições institucionais, vedação esta que implica em infração disciplinar sujeita à pena de demissão.

IV – Constitui infração disciplinar, sujeita à pena de suspensão, a declaração, manifestação ou representação institucional sem a prévia autorização do Defensor Público-Geral.

A) F, V, V, V

B) V, F, V, F

C) V, V, V, V

D) F, V, V, F

E) V, V, F, V

**QUESTÃO 08**

De acordo com a Resolução nº 003/2020, do Conselho Superior da Defensoria Pública da Bahia, que, dentre outras providências, estabelece os parâmetros para deferimento de assistência jurídica integral e gratuita aos usuários dos serviços prestados pela Defensoria Pública do Estado, é correto afirmar que:

A) Consideram-se pessoas em situação de vulnerabilidade, independentemente do critério de hipossuficiência financeira - dentre outros grupos sociais que mereçam proteção especial do Estado - as pessoas em situação de rua, pessoas com transtornos mentais ou catadores (as) de materiais recicláveis, independentemente da sua forma organizacional.

B) O critério da vulnerabilidade (independentemente do critério da hipossuficiência financeira) é sempre aplicável, não se restringindo à demanda que tenha relação com a situação de vulnerabilidade e à hipótese em que esta situação, por si só, impeça ou dificulte o acesso à justiça.

C) Para os efeitos da mencionada resolução, considera-se entidade familiar: a unidade formada pelo grupo de pessoas unido por laços de consanguinidade, afinidade ou de socioafetividade, e que se caracteriza pela coabitação e pelo dever jurídico de mútua contribuição para as despesas comuns, computando-se rendas oriundas de bolsas de estudo e rendas aferidas por crianças e adolescentes;

D) Não há hipóteses de presunção absoluta de hipossuficiência financeira da pessoa física, tampouco hipóteses de revisão da hipossuficiência financeira.

E) Às pessoas jurídicas não se aplicam critérios de hipossuficiência financeira, de modo que não fazem jus ao atendimento da Defensoria Pública.

**GABARITO**

01) E

02) A

03) C

04) D

05) B

06) B

07) C

08) A

Bons estudos e uma ótima prova!